



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Departamento de Direito Público

**Ficha 2 (variável)**

Disciplina: <b>DIREITO ADMINISTRATIVO B</b>						Código: <b>DB458</b>	
Natureza: <b>(X) Obrigatória</b> ( ) Optativa		( ) Semestral <b>(X) Anual</b> ( ) Modular					
Pré-requisito: <b>DB457 - Direito Administrativo A</b>		Co-requisito:		Modalidade: <b>(X) Totalmente Presencial</b> ( ) Totalmente EAD ( ) Parcialmente EAD: _____*CH			
<b>CH Total: 60h</b> <b>CH Semanal: 02h</b> Prática como Componente Curricular (PCC):  Atividade Curricular de Extensão (ACE):	<b>Padrão (PD): 50h</b>	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	<b>Orientada (OR): 10h</b>	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
<b>EMENTA</b>							
Agentes públicos. Licitações. Contratos Administrativos. Limitações e restrições administrativas. Domínio Público. Controle da Administração Pública. Responsabilidade civil extracontratual do Estado.							
<b>PROGRAMA</b>							
<b>1. Agentes Públicos</b>							
1.1 Agentes públicos e sua classificação							
1.2 Cargo, emprego e função							
1.3 Regime constitucional. Espécies de cargos públicos							
1.4 Acessibilidade							
1.5 Nomeação: natureza jurídica. Posse e exercício do cargo público							
1.6 Formas de provimento de cargos públicos							
1.7 Estágio probatório e a garantia de estabilidade							
1.8 Direitos e deveres dos servidores públicos							
1.9 Responsabilidade dos servidores. Infrações e sanções disciplinares							
1.10 Extinção da função pública. Aposentadoria. Demissão e exoneração. Outras modalidades de vacância dos cargos públicos.							
1.11 PEC 32/20							

## **2. Licitações**

- 5.1 História do processo licitatório
- 5.2 Natureza Jurídica e competência legislativa
- 5.3 Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação
- 5.4 Modalidades e Tipos de licitação
- 5.5 Princípios aplicáveis ao processo licitatório

## **3. Contratos Administrativos**

- 6.1 Natureza jurídica, conceito de contrato administrativo e legislação aplicável
- 6.2 Características dos contratos administrativos
- 6.3 Tipos de contratos administrativos
- 6.4 Outras parcerias contratuais
- 6.5 Extinção dos contratos administrativos
- 6.6 Novas perspectivas do contrato e a questão da consensualidade

## **4. Limitações e Restrições Administrativas**

- 3.1 Características gerais das limitações administrativas
- 3.2 Restrições simples
- 3.3 Tombamento
- 3.4 Requisição
- 3.5 Servidão administrativa
- 3.6 Ocupação temporária
- 3.7 Desapropriação
- 3.8 Instrumento da política urbana

## **5. Domínio Público**

- 4.1 Natureza jurídica do domínio público
- 4.2 Conceito e classificação de bens públicos
- 4.3. Espécies de bens públicos
- 4.4 Regime jurídico dos bens públicos: a afetação
- 4.5 Aquisição e alienação
- 4.6 Utilização dos bens públicos por particulares

## **6. Controle da Administração Pública**

- 5.1 Os sistemas de jurisdição administrativa: uno e duplo
- 5.2 Conceito e tipos de controle interno e externo da Administração
- 5.3 Classificações de controle
- 5.4 Regime jurídico do controle dos atos administrativos
- 5.5 O controle por meio da LINDB – Lei 13.655/18

## **7. Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado**

- 2.1 Histórico legislativo e fundamentos da responsabilização do Estado no Brasil
- 2.2 A responsabilidade nos casos comissivos e nos casos omissivos
- 2.3 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de Direito privado
- 2.4 Excludentes de responsabilidade
- 2.5 Denúnciação da lide, direito de regresso e apuração do dano

#### OBJETIVO GERAL

Conhecer as noções básicas e preliminares da Disciplina de Direito Administrativo.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer os conteúdos fundamentais da Disciplina com reflexão e crítica, tomando por referências a doutrina, a legislação e a jurisprudência.

#### PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e práticas, relacionando a teoria com a prática, com a participação dos alunos; indicação de fontes de informação; acompanhamento e controle de atividades estabelecidas; atendimento individual para orientação sobre os temas estudados; definição de critérios para as atividades individuais e coletivas; incentivo à pesquisa científica.

#### FORMAS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão realizadas mediante provas escritas, atividades online e em sala de aula, estudos de casos e seminários.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAUJO, Edmir Neto de. *Curso de Direito Administrativo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 13. ed. São Paulo: RT, 2018.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.
- NOHARA, Irene Patrícia. *Direito Administrativo*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. *Direito Administrativo*. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Apontamentos sobre os agentes públicos. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*. v. 20, Jan.-Mar. 2022, p. 461-494.
- CAPAGIO, Álvaro do Canto; COUTO, Reinaldo. *Nova lei de licitações e contratos administrativos: Lei n. 14.133/2021*. São Paulo: Saraiva, 2021.
- FERRAZ, Sérgio. Desapropriação de bens públicos. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*. v. 14, Jul.-Set. 2020, p. 73-111.
- MARRARA, Thiago. Uso de bem público. *Enciclopédia Jurídica da PUCSP*. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/31/edicao-2/uso-de-bem-publico>.
- MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. *Tratado de Direito Administrativo Disciplinar*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. *Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- SCHIRATO Vitor Rhein. O controle interno da administração pública e sua aplicação às contratações públicas. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*. v. 3, 2017, p. 51-83.



Documento assinado eletronicamente por ANGELA CASSIA COSTALDELLO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 11/04/2022, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por MELINA GIRARDI FACHIN, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO - JD, em 06/05/2022, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador 4409676 e o código CRC 3D5DA159.